

- c) Tenha sido responsabilizado ou condenado pela prática de infração em situação que, descrita pela legislação eleitoral, configure hipótese de inelegibilidade; que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa Eleitoral, através do site <http://www.tse.jus.br>;

**Parágrafo Quinto:** É permitido o voto por procuração nos termos do artigo 7º, parágrafo único, desta Convenção, desde que o mandatário representante apenas 01 (um) outorgante quando este for pessoa física.

**Artigo 21 -** Compete à Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre qualquer assunto de interesse do condomínio, especialmente sobre:

- a) A alteração ou reforma do Estatuto, Regulamento e Regimento, após parecer do Conselho Consultivo;
- b) Alteração dos bens do condomínio e constituição de ônus reais sobre estes, após parecer do Conselho Consultivo;
- c) Em última instância, aprecia e retificar, total ou parcialmente, as decisões do Conselho Consultivo;
- d) Durante a realização da Assembleia, interpretar dispositivos estatutários e resolver os casos omissos e, se necessário, encaminhar suas deliberações a respeito da ratificação da Assembleia Geral Extraordinária e seguinte;
- e) Destituição ou cassação dos administradores;

**Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença mínima de metade mais um dos condôminos e, em segunda, com qualquer número.

**Parágrafo Segundo:** As deliberações referentes ao disposto nas alíneas "a" e "c" do presente Artigo, serão tomadas, necessariamente, por 2/3 (dois terços) dos votos presentes em Assembleia convocada especialmente para o fim previsto nestas alíneas, somente podendo deliberar em primeira convocação com a maioria absoluta dos condôminos e em seguida, com qualquer número.

**Parágrafo Terceiro:** Fica ressalvado que a modificação deste artigo e seus parágrafos, do parágrafo segundo do Artigo 8º só poderá ocorrer mediante prévia autorização, por escrito, do Condomínio dos Lagos. Nas demais matérias, com exceção do parágrafo quarto deste artigo, a decisão poderá ser tomada pela maioria simples dos votos presentes.

**Parágrafo Quarto:** A exclusão de condômino só é admissível havendo justa causa, ou se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, cabendo a ele o direito à ampla

